

Brasil aguarda adesão rápida de bancos

BRASÍLIA — O governo está otimista quanto à rápida adesão dos bancos credores da dívida externa brasileira ao acordo preliminar fechado na quarta-feira passada com o Comitê Assessor dos Bancos. Isso porque cerca de 120 bancos — que detêm 85% dos débitos brasileiros com as instituições privadas — aderiram ao acordo provisório, firmado em novembro de 1987, no total de 3 bilhões de dólares, o que representa um passo fundamental para sua adesão ao acordo definitivo. O prazo total de adesão é 2 de setembro.

A opinião é do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral — um dos principais negociadores da dívida em Washington — que também vê com otimismo a adesão dos bancos menores à liberação de recursos, através da utilização do mecanismo de conversão da dívida brasileira em títulos e bônus. Essa solução, além de diminuir o débito do país — no limite de 5 bilhões de dólares —, poderá reduzir a relação dos credores com dívidas menores.

A conversão, através dos chamados bônus de saída — os *exit-bonds* — é segundo Sérgio Amaral, de interesse dos pequenos credores, pois, entre outros aspectos, livra esses bancos de futuras negociações através do Comitê Assessor.

Garantia — Em comunicado conjunto do governo brasileiro e do Comitê sobre o fechamento do acordo preliminar, é destacada a participação do Banco Mundial (Bird), através de empréstimos paralelos ou créditos em regime de co-financiamento, para a liberação do volume de recursos negociado — 5,2 bilhões de dólares — fundamental para suprir as deficiências do balanço de pagamentos do país

e as necessidades externas de financiamento em 1987, 1988 e primeira metade de 1989.

Desse volume, 750 milhões de dólares serão liberados em co-financiamento dos bancos com o Banco Mundial e 2 bilhões 850 milhões em créditos paralelos. Segundo o cronograma estabelecido, a primeira parcela — que, em princípio, poderá ser liberada em outubro, no total de 4 bilhões de dólares — corresponderá uma liberação, pelo BIRD, de 180 milhões de dólares.

O próximo passo do governo brasileiro na questão da dívida externa é a obtenção de um empréstimo-ponte que será necessário para o pagamento dos juros que vencerão em junho e julho, já em fase de negociação com governos de países industrializados, inclusive os Estados Unidos. Segundo Sérgio Amaral, esse empréstimo — em valores não revelados — será pago logo que a primeira parcela dos novos recursos for liberada, presumivelmente em outubro, de acordo com o cronograma oficial.

Existe também a possibilidade de que os juros relativos a agosto e setembro também sejam pagos através de novo empréstimo-ponte, embora essa hipótese não seja confirmada oficialmente. A questão é que o governo não tem condições de pôr em dia o pagamento de suas dívidas apenas com a utilização de suas reservas, e o financiamento desses juros depende da liberação dos recursos negociados e que, na melhor das hipóteses, serão liberados em outubro.

Em seguida, o Brasil — ao mesmo tempo em que fecha o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), previsto para o final de julho —, partirá para uma nova fase de negociação, desta vez com os países que integram o chamado Clube de Paris.